

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Aline Corrêa Santanna da Silva

**Repensando os três anos do Ensino Fundamental e o seu fazer pedagógico em  
uma escola de ensino fundamental da rede estadual do Rio Grande do Sul**

Porto Alegre  
2015

Aline Corrêa Santanna da Silva

**Repensando os três anos do Ensino Fundamental e o seu fazer pedagógico em  
uma escola de ensino fundamental da rede estadual do Rio Grande do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, na modalidade à distância, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Cleusa Conceição Terres Schuch

Porto Alegre

2015

## RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido no Curso de Especialização em Gestão Escolar promovido Ministério da Educação em parceria com a UFRGS e trata-se de um aprofundamento das análises das ações do Projeto de Intervenção implementadas em 2014-2015 em uma escola da rede estadual de ensino, cujo foco abrangeu estudos sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental. Os objetivos foram: discutir sobre a nova organização curricular, definir uma linha de trabalho para os três anos iniciais contemplando planejamento, ações e avaliação. Alguns autores que serviram de base para o trabalho foram Franco (2005), Richardson (s/d), Cury (2005), Gandin (2014), Bastos (2005) e outros. A intervenção baseou-se na pesquisa-ação e os resultados foram significativos, uma vez que conseguimos iniciar a organização do trabalho de forma contínua do primeiro ao terceiro ano e avançamos quanto aos pareceres descritivos. Também ocorreu a participação dos pais nos conselhos de classe participativos. Ainda é preciso discutir com os professores o que são habilidades e competências, qualificar as reuniões pedagógicas semanais, aprimorar a avaliação qualitativa e contar com a participação efetiva da comunidade escolar na construção de uma escola em que todos os segmentos participem nas decisões e rumos da educação.

Palavras-chave: Participação. Avaliação. Anos iniciais do Ensino Fundamental.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Resumo das reuniões pedagógicas realizadas dezembro/2014 – maio/2015 .....</b>	<b>23</b>
<b>Quadro 2 – Listagem das habilidades e competências destacadas pelas professoras do 1º ao 3º anos em 2014 .....</b>	<b>28</b>
<b>Quadro 3 – Resumo das percepções gerais das professoras do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental .....</b>	<b>32</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>09</b>
2.1 APRENDER A LER E ESCREVER: UM DIREITO DE TODOS .....	13
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>20</b>
3.1 REUNIÕES PEDAGÓGICAS .....	22
3.2 CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO .....	24
3.3 PARECER DESCRITIVO E PLANOS DE ESTUDOS .....	25
<b>4 AÇÕES IMPLANTADAS NO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXO 1 – Ata de reunião pedagógica com as professoras do 1º ao 3º anos do Ensino Fundamental .....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXO 2 – Ata de organização do conselho de classe participativo .</b>	<b>43</b>
<b>ANEXO 3 – Ata do conselho de classe participativo .....</b>	<b>44</b>
<b>ANEXO 4 – Foto do conselho de classe participativo .....</b>	<b>47</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICE 1 – Habilidades e competências destacadas pelas professoras do 1º ao 3º ano .....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICE 2 – Parecer descritivo da turma em dezembro de 2014 ..</b>	<b>49</b>
<b>APÊNDICE 3 – Plano de Estudos elaborado em 2015 .....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICE 4 – Parecer descritivo entregue no primeiro trimestre em 2015 .....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho foi realizado a fim de atender exigência do Curso de Especialização em Gestão Escolar do Programa Nacional de Formação de Gestores da Educação Básica, na modalidade à distancia, promovido pelo Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande dos Sul – UFRGS. A pesquisa tem como enfoque estudos sobre os anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos, abrangendo o período de dezembro de 2014 a julho de 2015. Foi desenvolvido em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental incompleto, localizada na zona norte de Porto Alegre, que atende cerca de 350 alunos do primeiro ao sexto ano, em sua maioria de baixa renda e que residem no entorno da escola. Em frente à escola há uma área que foi invadida e vários alunos residem neste local com suas famílias.

Logo após a mudança na estrutura do Ensino Fundamental que passou a ter nove anos de duração, surgiram na escola muitas dúvidas sobre como definir uma linha de trabalho e traçar uma identidade de escola a partir dessa nova realidade, essas dúvidas passaram a fazer parte das reuniões pedagógicas e do planejamento das professoras. Além disso, o Projeto Político Pedagógico necessitava de uma atualização frente a essas mudanças e também necessitava se adequar à nova realidade da escola e da comunidade.

Após discutir com o grupo de professoras sobre a proposta do curso, ficou definido que o foco do Projeto de Intervenção seria iniciar a construção de uma proposta pedagógica para os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos.

Alguns autores que serviram de base para a execução deste trabalho foram Franco (2005), Richardson (s/d), Cury (2005), Gandin (2014), Veiga (2013), Bastos (2005) Galina e Carbello (s/d). Também foram utilizados os documentos legais referentes ao Programa do Pacto nacional de Alfabetização na Idade Certa do Ministério da Educação, como os cadernos de apoio e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Com a definição do foco de trabalho que teve como base a metodologia da pesquisa-ação, partimos para a organização das ações com o objetivo da retomada e readequação dos Planos de Estudos de acordo com a realidade da escola,

buscando uma continuidade pedagógica de um ano para o outro, além das habilidades e competências que devem ser trabalhadas em cada ano, a participação dos pais nos conselhos de classe e a reestruturação dos pareceres descritivos.

Os resultados foram significativos, pois conseguimos iniciar a organização do trabalho de forma contínua do primeiro ao terceiro ano, avançamos quanto aos pareceres descritivos que passaram a ser mais elaborados retratando o desenvolvimento do aluno e foi eliminado o quadro de objetivos. A participação dos pais nos conselhos de classe participativos também foi um momento para que pudéssemos conversar com as famílias no sentido de pensar e refletir sobre a escola que queremos e traçar metas para alcançar os objetivos propostos.

Apesar, de o trabalho ter iniciado com os três anos iniciais do Ensino Fundamental, sentimos a necessidade de ampliar a discussão e as mudanças para os outros anos, além de envolver os alunos neste processo, pois a proposta inicial era a de realizar a auto-avaliação com todos os alunos e o conselho de classe participativo apenas com os alunos do quarto ao sexto ano, mas não foi possível. O grupo de professores até se propôs, a princípio, mas a elaboração dos pareceres e o fechamento das avaliações os envolveram e não se sentiram confiantes para desenvolver esse trabalho, sozinhos com suas turmas.

Também é importante ainda definir com os professores e promover momentos de estudo e discussão sobre o que são habilidades e competências, considerar os aspectos qualitativos na avaliação e envolver mais os alunos e os pais no processo avaliativo.

Entendemos que a gestão democrática é a base de uma escola pública de qualidade, com a participação efetiva de todos os segmentos nas ações e decisões, garantindo que se efetive o direito à educação, fazendo com que a escola tenha um sentido real e que se aproxime da realidade da comunidade onde está inserida. O trabalho iniciado na escola caminha nesse sentido de garantia de direitos, uma vez que busca se adequar as novas diretrizes da educação nacional, atender as necessidades do aluno e qualificar a aprendizagem.

O referencial teórico, que tem como base os princípios da gestão democrática norteadores do curso da Escola de Gestores, apresentando os conceitos fundamentais para a efetivação da gestão democrática e seus entraves, a legislação em que se apóia, os fundamentos do direito à educação, como desenvolver no dia-a-dia da escola a participação efetiva de toda a comunidade nas

ações e decisões, bem como, a importância do Projeto Político Pedagógico na escola e na garantia dos direitos à educação de qualidade, além de se caracterizar como uma identidade da escola. E trata da reformulação na última década na estrutura do Ensino Fundamental, as mudanças pedagógicas e as dificuldades encontradas na escola a partir desta nova organização do ensino.

A metodologia irá descrever como foram organizadas e realizadas as ações desenvolvidas a partir do Projeto de Intervenção, que teve como base os conceitos da pesquisa-ação, destacando as reuniões pedagógicas, os encaminhamentos a partir dessas reuniões, como se desenvolveu o conselho de classe participativo, a reestruturação dos pareceres descritivos com foco na avaliação qualitativa e a elaboração dos Planos de Estudos articulados e próximos da realidade da escola.

As ações implantadas no desenvolvimento desse Projeto de Intervenção irão descrever como ocorreu todo o processo de efetivação das ações, destacando aspectos positivos, negativos e sugestões ou outras ações que surgiram a partir das ações desenvolvidas.

Apesar da motivação dos professores, da importância de definirmos uma linha de trabalho para os anos iniciais bem como a renovação do Projeto Político Pedagógico, que estava desatualizado e em desacordo com a realidade da escola; alguns entraves nos impediram de avançar conforme o esperado. A pouca participação da comunidade escolar nas reuniões e nos conselhos de classe participativos, as paralisações e greves dos professores por conta do descaso com a educação por parte do governo, o parcelamento dos salários no mês de agosto de 2015, além dos problemas do dia-a-dia enfrentados na escola, acabaram desmotivando os professores ou até mesmo fazendo com que eles priorizassem determinadas ações em detrimento de outras.

Nas considerações finais destaco as mudanças significativas ocorridas na escola quanto aos aspectos pedagógicos, avaliativos e de participação da comunidade na rotina escolar dos alunos, os entraves que surgiram ao longo do processo além das novas idéias e sugestões para continuarmos refletindo, discutindo e traçando metas para a completa reestruturação do Projeto Político Pedagógico.

Nossa caminhada enquanto escola e as mudanças necessárias para que possamos ter uma educação de qualidade, emancipadora e dentro dos princípios da gestão democrática ainda está iniciando e há muito que se fazer, pensar e realizar



para que o Projeto Político Pedagógico expresse a realidade da escola e o ideal de educação e cidadão que queremos formar.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos apresentados neste trabalho constituem a base legal e teórica para as análises que aqui serão apresentadas e foram selecionados a partir de uma concepção de gestão escolar democrática que é a linha orientadora do curso da Escola de Gestores.

A sociedade brasileira foi sendo construída ao longo de sua história com base nas diferenças socioeconômicas, e com isso, o direito à cidadania é reconhecido para alguns enquanto que para outros ainda está muito distante. Essa desigualdade econômica e social se reflete hoje em uma grande defasagem escolar para parte da população. Essa camada da população se torna frágil em relação ao sistema democrático e participativo. Nesse sentido, a escola pode contribuir para a construção da cidadania, sendo uma escola participativa e comprometida com a formação do sujeito que pensa e age coletivamente.

Hoje, na escola, enfrentamos um desafio quando falamos em gestão democrática. Desafio no sentido de motivar e envolver a comunidade, de lidar com uma variedade e diversidade de idéias, projetos, opiniões que podem em certos momentos até se apresentarem contraditórios e também, lidar com a apatia de alguns segmentos que muitas vezes não conseguem se sentir parte da escola e das decisões. Mas, cabe à equipe diretiva buscar caminhos para que se criem laços e interesses comuns entre pais, alunos, professores e funcionários, oportunizando espaços de diálogo que permitam a todos discutir sobre a função social da escola, que é a de oferecer condições para a produção, construção e reconstrução do conhecimento tendo como base uma visão crítica e criativa.

Para que ocorra uma real participação de todos os segmentos, não só a escola, mas a realidade global precisa de transformação. Para essa transformação é preciso duas condições: ter aspirações claras ou indicadas para uma determinada direção e grupos capazes de se organizar para desenvolver metodologias adequadas à mudança. Ao considerar as mudanças rumo à participação é preciso motivar o grupo, levando em conta a posição de cada um no contexto escolar. Segundo Bordenave:

Democracia é um estado de participação; na democracia participativa os cidadãos sentem-se fazendo parte de um grupo, têm parte real na sua condução e tomam parte na construção de uma nova sociedade na qual se sentem parte. (BORDENAVE,1994, p.8)

No que diz respeito à gestão democrática da educação, a participação está relacionada à formulação de políticas educacionais, à determinação de objetivos e fins da educação, ao planejamento, à tomada de decisões, a definição sobre a utilização de recursos e investimentos, a execução das deliberações e aos momentos de avaliação. Neste sentido, participação e descentralização são as bases da mudança a partir da gestão democrática, a qual tem que visar objetivos transformadores, contar com a participação efetiva de todos os segmentos nas deliberações da escola além de exigir do Estado as condições para sua autonomia e funcionamento com qualidade. Segundo Galina e Carbello:

Não podemos dizer que o Estado tem se isentado totalmente das atividades de capacitação dos colegiados, mas as ações devem ser mais constantes, especialmente quanto ao acompanhamento dos resultados e à elaboração de políticas públicas destinadas à organização escolar democrática. A escola também tem se empenhado em se adequar a essa nova exigência de transformação de suas relações e práticas sociais, pedagógicas e administrativas. (GALINA;CARBELLO, s/d, p. 21)

No dia-a-dia da escola, uma das dificuldades para a efetivação da gestão democrática tem sido o de perceber este ambiente como um espaço democrático e de real participação de toda a comunidade escolar. Para se construir uma escola democrática há que se considerar as diferenças e a participação plena dos sujeitos, tendo como elemento central o diálogo, base para a participação. Bastos nos diz que:

O democrático não pode ficar restrito aos espaços de gestão. As aulas, o projeto pedagógico da escola, as atividades culturais, as relações dos alunos entre si e com seus professores/as e funcionários/as, as relações da escola com outras escolas e com a Secretaria da Educação, com o bairro e com a cidade, as comunicações pedagógicas, enfim, tudo que diz respeito à construção da experiência de novos saberes são mediados por práticas que podem sofrer profundas modificações na medida em que os sujeitos saiam de seu isolamento e construam grupos, redes ou núcleos. (BASTOS, 2005, p.35).

A participação de todos os segmentos nas decisões e necessidades da escola implica em desativar alguns mecanismos e ativar outros, revisar a hierarquia de valores que sustentam a escola, reconhecer erros, admitir novas ideias, administrar conflitos, entender as relações de poder. Para uma mudança efetiva é preciso que haja duas condições, que são a existência de um conjunto de aspirações e exigências que podem ser expressas claramente ou indicadas por uma tendência; e a existência de grupos capazes de, ao reconhecer e compreender essas tendências, organizar e desenvolver metodologias para realizá-las.

O que irá mover um grupo para a participação efetiva na escola é a motivação e a capacitação das pessoas para participarem segundo a sua realidade. Esses espaços de participação precisam ser construídos no cotidiano da escola, começando com pequenas mudanças que levem a uma real participação e transformação de estruturas para a construção de uma nova escola, voltada para a realidade que a cerca, e com sentido para os que dela participam.

Um dos mecanismos de que a escola pode se valer para que haja uma participação da comunidade escolar, é na elaboração do Projeto Político Pedagógico, que deve ser visto pela comunidade não só como um mero documento, mas como um dos meios de se vivenciar na prática a escola democrática e autônoma, com capacidade de diálogo e tomada de decisões, criando uma identidade própria de cada escola segundo sua realidade.

O Projeto Político Pedagógico além de conferir uma identidade, irá assegurar à escola e à comunidade uma educação de qualidade a partir de seu ideal de educação, influenciando e alterando as relações escolares, contribuindo para a participação de todos nas discussões e decisões e servindo de base para a conciliação das diferenças na busca da construção de uma responsabilidade compartilhada por todos que formam a comunidade escolar.

A gestão democrática implica em que as decisões da escola sejam tomadas coletivamente, tendo como base os princípios e finalidades da educação pública. A escola é um espaço de diferenças, pluralidades, diversidades e, por meios das relações que ali se estabelecem, torna-se necessário criar condições para que se desenvolva uma educação emancipadora, com liberdade de aprender, de ensinar e de pensamento, garantindo a horizontalização das relações e da convivência, educando para a conquista da cidadania. A gestão democrática é uma experiência que permite às escolas pensar e discutir sobre a qualidade do ensino, já que têm como princípio a participação da comunidade escolar. Através do Projeto Político Pedagógico pode-se falar em escola cidadã, autônoma, participativa e de qualidade tendo como base uma visão de mundo para a partir daí pensar sobre a escola que se quer e qual cidadão iremos formar.

A escola deve ser o local onde o aluno seja percebido como um ser social e global; onde os objetivos educacionais tenham pertinência e relevância; onde a comunidade assuma seu compromisso e possa situar a educação no contexto das

relações sociais buscando soluções conjuntas para vivenciar na prática a cidadania e garantir o direito à educação.

A luta pelo direito à educação está relacionada ao exercício da cidadania, pois a educação é vista como um processo de desenvolvimento do potencial humano que irá garantir os direitos civis, políticos e sociais. Segundo Cury :

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam a participação de todos nos espaços sociais e políticos. (CURY, 2002,p. 245.)

Podemos perceber que o direito político - relacionado à inserção do indivíduo nos processos decisórios que ocorrem na esfera pública; os direitos sociais – relacionados à melhoria da condição de vida da população e à igualdade social; e os direitos civis – que dizem respeito aos direitos garantidos por lei, estão englobados nos direitos humanos. Por isso, a educação, um direito social, deveria ter por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa humana, fortalecendo o respeito aos seus direitos humanos e capacitando-a para participar efetivamente como cidadã na sociedade.

A cidadania e a democracia se aprendem no dia-a-dia, na vida social, nas relações que se estabelecem, e a escola, neste sentido, é um espaço que tem como base a construção de relações de convivência, portanto diretamente relacionada aos princípios da vida democrática.

Mais que um direito do cidadão, a educação é um dever do Estado. A educação é uma das dimensões para o exercício da cidadania. O artigo 205 da Constituição Federal nos diz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, artigo 205).

Porém, o que se observa, segundo Bittencourt (s/d) é que , “a legislação que garante o direito nem sempre é acompanhada de uma política pública que a coloque em ação”.

A participação das famílias na escola favorece a defesa da educação pública como um patrimônio da sociedade além de reforçar o direito de acesso e também pode garantir sucesso no desenvolvimento da aprendizagem e permanência dos alunos. Muitas vezes, é na escola que as famílias experimentam práticas

democráticas, percebem-se sujeitos de direito, fazendo parte da formação escolar de seus filhos e com possibilidades de mudar suas realidades.

Assim, a educação assume uma função social na medida em que auxilia a diminuir as discriminações, agindo no campo das desigualdades sociais e tendo como base o princípio do direito à igualdade e da qualidade do ensino. A qualidade envolve além dos conhecimentos básicos de cada disciplina também aqueles que se tornaram patrimônio comum da humanidade. A busca da qualidade da educação passa por uma boa formação dos professores tanto inicial como continuada, além de uma boa estrutura física da escola, recursos humanos e materiais sem contar nas redes de apoio que auxiliam a escola nos casos específicos.

Percebe-se em alguns sistemas de ensino do país, como no caso da rede de educação estadual do Rio Grande do Sul, que há referência explícita na Constituição Estadual sobre os princípios da gestão democrática com vistas à garantia de uma escola participativa, onde os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Contudo, essa prerrogativa constitucional não garante a efetivação da gestão democrática nas escolas públicas do nosso estado, ou seja, teoria e prática percorrem caminhos desiguais.

## 2.1 APRENDER A LER E A ESCREVER: UM DIREITO DE TODOS

Como já mencionado anteriormente, a educação é um direito de todos e um dever do Estado garantido em lei. Este direito precisa ser efetivado através de uma prática educativa que tenha como base os princípios relacionados a uma escola inclusiva e no respeito à heterogeneidade.

A partir da década de 90, surgiu um novo conceito de alfabetização: o letramento que significa o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Porém o termo letramento não substituiu a palavra alfabetização. Ainda hoje encontramos alto índice de analfabetos, mas não podemos dizer que essas pessoas são iletradas, pois sabemos que um sujeito que ainda não se apropriou da escrita alfabética envolve-se em práticas de leitura e escrita por meio da mediação de uma pessoa que saiba ler e escrever desenvolvendo conhecimentos sobre os textos que circulam na sociedade.

Uma questão que tem despertado discussões, debates e dúvidas nas escolas é a alfabetização dentro desta nova estrutura do Ensino Fundamental de nove anos.

O Ministério da Educação já vinha discutindo sobre a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos desde a criação do Plano Nacional de Educação em 2001 e, finalmente, em 2006, com a aprovação da Lei nº 11.274 ficou instituído oficialmente o ingresso das crianças na escola com seis anos de idade e o Ensino Fundamental de nove anos. O objetivo desta ampliação era o de incluir um maior número de crianças no sistema educacional brasileiro, principalmente as pertencentes às classes populares oportunizando mais anos no ensino obrigatório e assegurando um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem.

Desta forma além da permanência por mais um ano no Ensino Fundamental surgiu a preocupação com a qualificação do ensino e da aprendizagem da alfabetização e do letramento, pois a criança terá mais tempo, teoricamente, para se apropriar dos conteúdos.

A expansão no número de vagas reforça a garantia do direito à educação, mas é nas práticas pedagógicas que a escola irá efetivar e cumprir esse direito através da aprendizagem e da formação integral do aluno.

Em relação às novas concepções de alfabetização e às mudanças nas práticas de ensino de leitura e escrita com base nas novas perspectivas teóricas, muitos alunos acabam por concluir o primeiro ano ou até mesmo o primeiro ciclo do Ensino Fundamental sem saber ler e escrever. Os resultados dos sistemas oficiais de avaliação apontam o baixo desempenho dos alunos e o fracasso da escola no processo de ensinar a ler e escrever nos três anos iniciais de escolarização.

Algumas medidas têm sido aplicadas pelos governos federal, estadual e municipal na tentativa de superar esse problema, uma delas foi o de definir os três primeiros anos do ensino como período destinado à alfabetização, além do investimento para a formação continuada dos professores como o Programa do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que ocorreu nos anos de 2013 e 2014.

Junto com essas questões, surge também um questionamento sobre que métodos/metodologias utilizar para alfabetizar os alunos. Mais do que criticar ou adotar um método X ou Y de alfabetização surge a pergunta sobre quais

habilidades/competências devem ser trabalhadas nos três primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos.

Portanto, é muito importante garantir o direito de aprendizagem e a partir disso nortear a organização do trabalho pedagógico na escola, para que a educação possa cumprir com seu papel de ser um instrumento de igualdade social e de igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética, que é um dos direitos de aprendizagem, é fundamental que se reformule o currículo nas escolas, repensando práticas de ensino da leitura e da escrita bem como dos conhecimentos relacionados às outras áreas de ensino fazendo uma relação entre currículo e cultura. Ao relacionar currículo e cultura a escola precisa reescrever os conhecimentos escolares, abrindo-se para as mais variadas manifestações culturais, pois segundo Stoer e Cortesão:

Faz-se indispensável superar o “daltonismo cultural”, Ainda bastante presente nas escolas. O professor “daltônico cultural” é aquele que não valoriza o “arco-íris de culturas” que encontra nas salas de aula e com que precisa trabalhar, não tirando, portanto, proveito da riqueza que marca esse panorama. É aquele que vê todos os estudantes como idênticos, não levando em conta a necessidade de estabelecer diferenças nas atividades pedagógicas que promove. (STOER;CORTESÃO, 1999, p.31 )

Nesse sentido, um currículo multicultural traz consigo propostas que incluem as diferenças e valorizam os alunos nas suas especificidades culturais, linguística, étnica e de gênero, ampliando o acesso à alfabetização a um número maior de crianças e respeitando os seus direitos de aprendizagem, pois a escola e a sala de aula são espaços privilegiados no sentido de se efetivar e garantir o direito à educação e os direitos de aprendizagem.

As relações que se estabelecem na escola irão permitir ao aluno ir além do limite da sala de aula e podem revelar mais do que a aprendizagem dos conteúdos; noções de autonomia, concepções de homem e sociedade, um pensamento crítico e com vistas à mudança da realidade social, ampliando os horizontes do aluno através de um ensino de qualidade.

A escola jamais conseguirá propiciar situações para que os alunos aprendam tudo o que é importante, mas pode possibilitar que eles se apropriem de diferentes conhecimentos. É uma delicada tarefa selecionar o que será ensinado no Ensino Fundamental, mas é preciso que os professores reflitam sobre quais saberes poderão ser mais relevantes no convívio diário, a fim de garantir a inserção dos



alunos de forma plena na sociedade letrada, já que eles têm garantido o direito de aprender os mais variados conteúdos que irão lhes assegurar o exercício da cidadania dentro e fora da escola.

As crianças e jovens em idade escolar devem apropriar-se de conhecimentos e conceitos articulados às funções sociais, a fim de poderem pensar sobre a sociedade e interagir de forma a transformá-la e assim construir suas identidades pessoais e sociais. Segundo Santos e Paraíso (1996, p.37) “o currículo constrói identidades e subjetividades: junto com os conteúdos das disciplinas escolares; e também adquirem-se na escola percepções, disposições e valores que orientam os comportamentos e estruturam personalidades.”

Quando o professor intervém auxiliando na formação cidadã dos alunos, significa que ele está auxiliando-os a interagir na sociedade de modo confiante e crítico, despertando a autoconfiança, percebendo que suas histórias estão inseridas na história dos grupos sociais a que pertencem, e assim passem a entender os processos históricos que os excluem de determinadas situações para aí intervirem nessa realidade. Para que essa transformação ocorra na escola e na educação, é muito importante que tanto o ensino quanto a aprendizagem passem por constante avaliação.

O que podemos perceber nas escolas é que os métodos de avaliação utilizados pelos professores são tradicionais e excludentes, pois se avalia para medir a aprendizagem dos estudantes e classificá-los em aptos ou não aptos a prosseguir os estudos.

A fim de evitar essa exclusão por conta da avaliação, cabe aos professores reconhecerem a necessidade de avaliar com diferentes finalidades, ou seja, conhecendo suas características e o contexto escolar; potencializando suas identidades; acompanhando seu desenvolvimento; identificando os conhecimentos prévios e os avanços, encorajando-os a desenvolver suas capacidades; conhecendo as dificuldades e planejando estratégias para superá-las; retomando conteúdos sempre que necessário e percebendo quando é importante variar os métodos de ensino a fim de garantir a aprendizagem.

Dessa forma, o aluno e o trabalho do professor estão em constante processo de avaliação e quando o aluno não atingir as metas escolares esperadas, isso deve ser visto como motivo para refletir sobre os fatores que ocasionaram este resultado. Mas, essa discussão não pode limitar-se apenas aos professores, uma vez que a

escola deve garantir aos estudantes e suas famílias o direito de se informar e discutir sobre as metas de cada etapa de estudos e também dos avanços e dificuldades do dia-a-dia. Com isso, a responsabilidade por tomar decisões para melhorar o ensino pode ser compartilhada com toda a comunidade, dentro da perspectiva da gestão democrática.

Os nove anos do Ensino Fundamental e a progressão automática dos alunos do primeiro para o segundo ano e deste para o terceiro, provocam preocupação entre os professores, pois alguns defendem que é melhor que os alunos repitam o ano ao invés de progredirem e não conseguirem acompanhar os colegas. Porém, se a escola compreender que não deve se deter apenas nos aspectos cognitivos de desenvolvimento e que deve assegurar a todos a possibilidade de aprendizagem, não se aplicará a reprovação uma vez que ela poderá ter impactos negativos causando evasão e baixa autoestima nos alunos e dificultando ainda mais o processo de aprendizagem.

Cabe ressaltar que a autoavaliação também é um instrumento que permite ao aluno refletir sobre seus conhecimentos e suas estratégias de aprendizagem, a fim de redefinir o modo de estudar e de se apropriar do saber. O apoio e o acompanhamento sistemático das famílias também são fundamentais, tanto auxiliando em casa nos estudos quanto contribuindo com sugestões e discutindo estratégias para auxiliar a aprendizagem na escola.

A variedade de instrumentos avaliativos pode proporcionar ao professor uma gama maior de informações sobre o percurso de aprendizagem dos alunos além de possibilitar um entendimento acerca da lógica utilizada para aprender. Assim, o professor poderá acompanhar cada estudante e refletir sobre quais estratégias didáticas estão sendo positivas e quais não estão ajudando no processo de aprendizagem.

Em relação à apropriação do conhecimento, não basta o professor saber se o aluno domina ou desenvolveu determinada capacidade. É preciso entender o que sabem sobre o que foi ensinado, como pensa, o que já aprendeu e o que falta aprender. Com essa mudança de postura o professor passa a olhar não apenas o produto da aprendizagem, mas todo o processo. Os registros qualitativos vêm ganhando cada vez mais espaço entre os instrumentos de acompanhamento da aprendizagem e do avanço dos alunos, porém os professores precisam discutir

continuamente os objetivos e os instrumentos de avaliação utilizados a fim de se apropriarem destes novos recursos para reorganizarem sua prática pedagógica.

Também é fundamental que a escola e os professores tenham clareza sobre o que é importante e necessário que o aluno aprenda em cada etapa escolar, além de realizar um monitoramento constante dos progressos e lacunas demonstrados pelos alunos, a fim de que sejam feitos os ajustes na forma de ensinar. Outro ponto, é ter bem definido o que avaliar, e traduzir em objetivos viáveis os conteúdos presentes nos documentos curriculares, para que o professor possa fazer registros constantes e corrigir o processo de ensino sem perder as informações do dia-a-dia.

Não podemos esquecer que a participação das famílias no processo de avaliação é muito importante, pois elas precisam conhecer as expectativas da escola em relação aos alunos em cada ano e acompanhar a trajetória percorrida por eles, posicionando-se. Se a família sabe aonde a escola quer chegar, se estão envolvidos no dia-a-dia escolar, podem participar com mais propriedade, autonomia e auxiliar na qualidade da aprendizagem.

### 3 METODOLOGIA

O trabalho apresentado tem como base a pesquisa-ação e foi realizado em uma escola da rede pública estadual de ensino que atende alunos do 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental. A comunidade é de baixa renda e alguns poucos alunos têm condições mínimas.

Atualmente, a escola conta com 350 alunos nos turnos da manhã e tarde, com 26 professores e 06 funcionários. A sua estrutura física é constituída de dois prédios, com oito salas de aula, banheiros para alunos e professores, biblioteca, secretaria, sala da direção e vice direção e sala de recursos. A escola não possui cozinha nem refeitório. Em frente a escola existe um terreno que foi invadido há cerca de um ano e desde então a escola recebe matrículas de vários alunos que residem ali com suas famílias.

A metodologia utilizada foi a da pesquisa-ação que permite um planejamento, ação e reflexão mais consciente, sistemático e rigoroso sobre a experiência diária. Segundo Franco (2005), a pesquisa-ação tem caráter formativo na medida em que o sujeito toma consciência das transformações que irão ocorrer em si e no processo e um caráter emancipatório já que a participação consciente possibilita libertar-se de mitos e preconceitos e agir para que ocorram mudanças significativas, transformando a realidade de forma pontual sobre certo aspecto julgado relevante. Essa autora (2005 p.488) esclarece que: a pesquisa-ação “pressupõe a integração dialética entre o sujeito e sua existência; entre fatos e valores; entre pensamento e ação; e entre pesquisador e pesquisado”. Seu objetivo é a mudança e a transformação da realidade e para Kurt Lewin (*apud* Franco 2005), que foi quem iniciou os trabalhos nesta área, “a pesquisa ação é um processo de espiral com três fases: o planejamento que envolve reconhecimento da situação; a tomada de decisão e o encontro de fatos sobre os resultados da ação” (FRANCO, 2005, p.487). Segundo a autora, “quem opta por trabalhar com pesquisa-ação, por certo, tem a convicção de que pesquisa e ação podem e devem caminhar juntos quando se pretende a transformação da prática” (FRANCO, 2005, p.485).

A pesquisa-ação proporciona uma relação maior entre a teoria e a prática, uma flexibilidade para ouvir e aceitar vários pontos de vista além de estimular a participação de todos na tomada de decisões. É fundamental num primeiro momento diagnosticar o problema ou situação, traçar uma estratégia de trabalho, desenvolver

as ações e realizar uma avaliação para, após, redefinir novas situações e ações. Portanto, essa metodologia nos permite uma ação conjunta entre pesquisador e pesquisado, é um processo interativo que permite a reflexão-ação-reflexão promovendo práticas participativas e democráticas criando uma ressignificação do conceito de professor, aluno, aula e aprendizagem.

Richardson (s/d) também afirma que o objetivo da pesquisa-ação é a mudança, a fim de melhorar a prática dos envolvidos, a compreensão sobre essa prática, fazendo com que aqueles que fazem parte do processo participem efetivamente e se comprometam com as mudanças. Mas a pesquisa-ação apresenta etapas bem definidas por Richardson (s/d) que são: o diagnóstico e o planejamento da ação, a ação em si, a avaliação e a reflexão; etapas essas que se relacionam entre si.

Para iniciar o trabalho, foram realizadas reuniões no final do ano letivo de 2014 com os professores para discutir sobre o Projeto Político Pedagógico da escola. Ao fazermos a leitura, percebemos que ele estava muito desatualizado, com informações e dados sobre a escola que não condiziam com a realidade atual; como a oferta da educação infantil e a estrutura do Ensino Fundamental em séries. Fazia-se necessário a atualização para a realidade atual da escola. Considero essa fase, como o início de um diagnóstico da realidade onde foi implantado o Projeto de Intervenção, ou seja, estou falando da primeira etapa do trabalho, segundo a proposta de Richardson (s/d).

Diante desta constatação, e discutindo com a equipe diretiva sobre a importância da atualização do Projeto Político Pedagógico, já que a nova estrutura do Ensino Fundamental e a realidade da escola estavam em desacordo, foi definido como foco do Projeto de Intervenção: pensar, discutir e organizar pedagogicamente os três primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos. Essa necessidade surgiu quando percebemos que as professoras estavam encontrando dificuldades para planejar e executar as aulas nos anos iniciais uma vez que ainda não tinham bem claro quais habilidades e competências deveriam ser trabalhadas em cada ano escolar.

### 3.1 REUNIÕES PEDAGÓGICAS

Como na escola existem reuniões pedagógicas semanais com as professoras do primeiro ao quinto ano, foram nestes momentos que discutimos sobre a nova organização do Ensino Fundamental de nove anos e sobre como traçarmos uma linha pedagógica que estivesse de acordo com a realidade da escola. Utilizamos, então, esse espaço para iniciar o trabalho de criação de uma proposta pedagógica para os anos iniciais.

O objetivo inicial, já que nos encontrávamos no final do ano letivo de 2014, foi solicitar às professoras do primeiro ao terceiro anos que identificassem quais as habilidades e competências deveriam ser trabalhadas em cada um dos três anos iniciais da alfabetização. Também pensando na continuidade do processo de alfabetização, que deve ocorrer durante os três primeiros anos escolares, pedimos para as professoras relatarem quais as dificuldades encontradas ao longo do ano no que diz respeito ao desenvolvimento da aprendizagem e que elaborassem um parecer da turma apontando, de forma geral, em que nível de aprendizagem se encontravam os alunos, destacando casos pontuais. Foi elaborada, então, uma ficha contendo essas três questões.

Para as professoras do quarto e quinto ano foi solicitado apenas o parecer da turma.

Ao iniciar ao no letivo de 2015, foram realizadas reuniões pedagógicas com os professores para organizar o início dos trabalhos escolares e a primeira reunião com a comunidade escolar, como o objetivo de apresentar à comunidade as regras da escola e para que os professores pudessem conversar com os alunos e pais sobre a proposta de trabalho para o ano letivo.

No mês de março, nas reuniões pedagógicas semanais discutimos sobre a necessidade da reformulação dos Planos de Estudos, enquanto as professoras iniciavam suas atividades em aula e iam conhecendo a turma.

No final de março e início de abril, as professoras receberam os pareceres das turmas feitos no ano anterior para verificarem se condiziam com as suas observações atuais. Como as professoras participaram por dois anos da formação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), retomamos os documentos oficiais para estudo referente às habilidades e competências dos três primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos.

Ainda no mês de abril, realizamos reuniões em grupos por ano com as professoras do 1º ao 3º anos para que elas fizessem um relato geral sobre as turmas, além de finalizar os Planos de Estudos.

Em uma das reuniões no mesmo mês, iniciamos os encaminhamentos para o final do trimestre que foi no dia 29/05.

Em uma reunião semanal realizada em maio ficou acertado com as professoras do 1º ao 3º ano fazer um conselho de classe participativo com as famílias, com o objetivo de aproximar a família do ambiente escolar, de saber o que os pais esperam da escola, fazer combinações com as professoras e acompanhar o desenvolvimento escolar dos alunos.

As professoras sugeriram fazer uma dinâmica, assistir um vídeo ou ler alguma mensagem aos pais no início.

Já as professoras de 4º e 5º anos sugeriram fazer o conselho de classe participativo com os alunos e também uma auto avaliação dos alunos de todas as turmas, os instrumentos seriam elaborados nas próximas reuniões semanais.

Ainda no mês de maio realizamos os conselhos de classe participativos com as famílias dos alunos do 1º ao 3º anos.

As reuniões realizadas foram sistematizadas no quadro abaixo:

**Quadro 1 – Resumo das reuniões pedagógicas realizadas dezembro/2014-maio/2015.**

Data	Assunto	Público alvo	Observações	Novas estratégias
12/14	Identificar as habilidades e competências do 1º ao 3º anos, dificuldades encontradas ao longo do ano na aprendizagem e parecer sobre a turma.	Professoras do 1º ao 5º anos	Apenas uma professora não entregou o solicitado; parece não haver uma clareza por parte das professoras sobre o que são habilidades e competências. Os pareceres das turmas ficaram bem completos e claros bem como as dificuldades encontradas.	Discutir com o grupo de professoras o que são habilidades e competências, definir o que será trabalhado em cada ano.
22/2/15	Apresentação das regras da escola e da proposta pedagógica dos professores às turmas.	Pais e alunos	Presença de poucas famílias na reunião.	Realizar a próxima reunião num sábado.
03/15	Ler os pareceres das	Professoras do 1º	As professoras consideraram	Organizar o trabalho

	turmas referentes ao final do ano letivo de 2014 e comparar com a turma hoje.	ao 5º anos	que os pareceres refletiam a realidade das turmas.	pedagógico após um diagnóstico da turma.
22/4/15	Fazer um relato das turmas após o início do ano letivo, apontando dificuldades, estratégias para a aprendizagem e finalizar os planos de estudos.	Professoras do 1º ao 5º anos	O relato foi bem positivo, pois as professoras conseguiram identificar como está a sua turma do ponto de vista cognitivo, trocar experiências com as colegas de classes paralelas e finalizar os planos de estudo de forma que haja uma continuidade de um ano para outro.	Continuar discutindo nas reuniões semanais sobre o planejamento e estratégias para superar as dificuldades.
05/15	Discutir e organizar o conselho de classe participativo	Professoras do 1º ao 3º anos	As professoras acharam a proposta muito positiva, porém houve pouca participação das famílias.	Manter a proposta, mas pensar em outros horários ou dinâmica a fim de que mais pais participem.

### 3.2 CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

A ideia do conselho de classe participativo surgiu da necessidade de aproximar as famílias da escola, a fim de que pudessem perceber sua importância no processo educativo, que fazem parte do ambiente escolar e que podem e devem colaborar com ideias, sugestões, críticas, contribuindo na formação cidadã de seus filhos e para uma escola melhor.

Algumas professoras que trabalharam ou trabalhavam em outras escolas e que já vivenciaram o conselho de classe participativo, contribuiriam afirmando ser esse um momento muito importante de aproximação da família com a escola e de contribuição da comunidade escolar. Também foi sugerido pelas professoras uma dinâmica ou vídeo relacionado ao tema parceria família/escola. Uma professora sugeriu um vídeo já utilizado em outra escola e houve acordo entre as colegas para utilizá-lo.

Foi realizado um conselho de classe participativo neste primeiro trimestre com as famílias dos alunos do 1º ao 3º anos, no horário da entrada, onde a professora da biblioteca atendeu os alunos para que a professora da turma e a



direção pudessem realizar o conselho com as famílias. Cabe ressaltar que apesar da ideia inicial ser a de contar com a participação também da orientação e da supervisão, isso não ocorreu em todas as turmas devido aos problemas que surgiram como falta de professores, atendimento às famílias ou alguma outra questão que demandou alguém da direção para resolver.

A dinâmica escolhida para iniciar o conselho de classe participativo foi um vídeo, sugestão de uma professora, e que falava sobre a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos e da parceria família/escola.

Não foram realizados os conselhos de classe participativos com os alunos dos 4º e 5º anos, nem elaborados os instrumentos para a autoavaliação dos alunos do 1º ao 5º anos. Apesar de a orientadora ter separado alguns exemplos de instrumentos para a autoavaliação, esses não foram apresentados às professoras nas reuniões visto que o grupo estava envolvido com o fechamento das atividades do primeiro trimestre e na elaboração dos pareceres descritivos. A direção também acabou envolvendo-se mais com os conselhos de classe participativos do 1º ao 3º ano e as professoras de 4º e 5º anos não conseguiram desenvolver a autoavaliação sozinhas.

Encontra-se anexado às folhas 40, 41, 42, 43, 44 e 45 cópias das atas mais significativas e fotos do conselho de classe participativo.

### 3.3 PARECER DESCRITIVO E PLANOS DE ESTUDOS

Com as mudanças na estrutura do Ensino Fundamental, também ocorreram mudanças na avaliação da aprendizagem. Do primeiro ao terceiro ano a avaliação passou a ser por parecer descritivo, sendo que no terceiro ano acompanha também uma nota globalizada do trimestre. Surgiu, então, uma dificuldade por parte das professoras quanto à elaboração dos pareceres.

Um dos problemas dizia respeito ao quê deveria ser escrito, como fazer de forma clara para que as famílias entendessem, já que até então a avaliação era feita através de uma nota que variava de zero a cem com média cinquenta para aprovação e desta forma os pais tinham bem claro se seus filhos estavam com boas notas ou não, quanto precisavam no próximo trimestre e ao final do ano para aprovar,

As professoras também não tinham claro quais informações considerar relevantes para escrever nos pareceres, pois agora teriam que realizar uma avaliação qualitativa ao invés de quantitativa e esse processo foi muito complicado, já que não tinham esse hábito.

Dentro da perspectiva da pesquisa-ação, que foi a base do Projeto de Intervenção, as mudanças devem ser negociadas e organizadas no grupo, gerando um processo de reflexão - ação coletiva. Segundo Franco:

A pesquisa-ação deve partir de uma situação social concreta a modificar e, mais que isso, deve se inspirar constantemente nas transformações e nos elementos novos que surgem durante o processo e sob a influência da pesquisa. (FRANCO, 2005, p.486)

Outro aspecto revisto na escola foram os Planos de Estudos, que precisavam ser readequados à nova estrutura do Ensino Fundamental e à escola. A partir deste estudo foram finalizados os Planos de Estudos com a revisão e adaptação dos conteúdos, tendo como base os critérios mínimos exigidos. Foi possível estabelecer uma continuação dos conteúdos desenvolvidos de um ano para o outro, retirando conteúdos em excesso, focando no letramento e alfabetização e nos conceitos básicos de matemática e adaptando-os para a realidade da escola.

Os procedimentos metodológicos de pesquisa foram as reuniões pedagógicas semanais que ocorreram no período de dezembro de 2014 a maio de 2015, em que refletimos, discutimos, repensamos o fazer pedagógico dos três anos iniciais do ensino fundamental em nossa escola, com mudanças significativas quanto à organização dos Planos de Estudos, os pareceres descritivos e a participação das famílias no conselho de classe.

#### 4 AÇÕES IMPLANTADAS NO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Iniciamos o trabalho na segunda quinzena de novembro/2014, discutindo sobre o Projeto Político Pedagógico com a equipe diretiva e observamos que ele estava muito distante da realidade da comunidade onde a escola está inserida, além de desatualizado quanto aos dados e informações sobre a escola. Foi definido, então, que o foco do Projeto de Intervenção seria estudar e definir o trabalho para os três primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos, uma vez que era uma nova realidade escolar que estava posta e percebia-se uma inquietude entre as professoras sobre como proceder pedagogicamente diante desta mudança.

Apesar do grupo de professoras do primeiro ao terceiro ano ter participado da formação pelo Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) promovido pelo Ministério da Educação em 2013 e 2014, ainda faltava criar uma linha mínima de trabalho comum na escola, que conseguisse atender as novas demandas do primeiro ciclo de alfabetização, como as alterações regimentais, que a partir da implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos permitiram a progressão continuada até o terceiro ano, a avaliação por parecer descritivo e não exigem mais o mínimo de frequência escolar do aluno para aprovação no primeiro e segundo ano.

Definido o foco e após ter compartilhado o meu objetivo com o grupo de professoras dos anos iniciais, iniciamos o trabalho na semana entre 15 e 19 de dezembro de 2014, utilizando as reuniões pedagógicas semanais. Nessa primeira reunião foi solicitado às professoras do 1º ao 3º anos que preenchessem uma ficha respondendo às seguintes questões:

- Quais habilidades e competências consideram importantes de serem desenvolvidas no ano em que atua?

- Quais as dificuldades encontradas ao longo deste ano no que diz respeito ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos?

- Elaborar um parecer descritivo da turma apontando de modo geral, em que nível está a turma e quais aspectos precisam ser reforçados no próximo ano.(entregar em folha separada - será entregue cópia para professora do ano seguinte)

A elaboração desta ficha foi feita em conjunto com a equipe diretiva e a supervisão da escola. O objetivo era identificar se as professoras tinham clareza sobre o que são habilidades e competências e se compreendiam quais deveriam ser trabalhadas em cada um dos três anos iniciais da alfabetização. Também queríamos identificar as dificuldades encontradas durante o ano letivo de 2014, para traçar estratégias no ano seguinte, além de um parecer descritivo da turma que serviria de base para a professora do ano seguinte, pois teria uma visão geral da turma e em que nível de aprendizagem se encontravam. Encontra-se apensado às folhas 46 e 47 um modelo da ficha preenchida pelas professoras e um parecer descritivo da turma.

Para as professoras do 4º e 5º ano foi solicitado apenas o parecer da turma. Das nove turmas de 1º ao 3º anos, apenas uma professora não respondeu às questões e todas as professoras do 4º e 5º ano fizeram um parecer da turma. Foi possível perceber no relato das professoras que as habilidades e competências foram listadas de forma ampla, generalizada, talvez faltasse um maior entendimento sobre o que são habilidades e competências e esse assunto deverá ser retomado em outro momento nas reuniões pedagógicas. Foi organizado um quadro por ano com as habilidades e competências listadas para ser trabalhado no início do ano letivo de 2015.

#### **QUADRO 2 – Listagem das habilidades e competências destacadas pelas professoras de 1º ao 3º anos em 2014**

Habilidades e competências listadas pelas professoras de 1º ao 3º anos em 2014	
1º ANO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Convivência em grupo;</li> <li>- Expressão oral, corporal e escrita;</li> <li>- Manuseio e cuidados com o material escolar e de uso pessoal;</li> <li>- Hábitos de higiene;</li> <li>- Seqüência de fatos e histórias;</li> <li>- Noções espaciais;</li> <li>- Identificar e quantificar numerais (até 30), fazer cálculos de adição e subtração;</li> <li>- Motricidade ampla e fina (recortar, amassar bolinhas, como utilizar a cola e o caderno);</li> <li>- Reconhecer o alfabeto, ordem alfabética, vogais e consoantes;</li> <li>- Ler e escrever palavras e frases com sílabas simples;</li> <li>- diferenciar letras e números;</li> <li>- Ouvir e criar oralmente histórias;</li> <li>- Comparar, classificar e seriar;</li> </ul>
2º ANO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Socialização (valores), auto-estima, ter na escola um local prazeroso;</li> <li>- Criar o hábito da leitura;</li> <li>- Letra cursiva;</li> <li>- Reconhecer e organizar o alfabeto, identificar vogais e consoantes;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar e organizar frases e textos;</li> <li>- Empregar corretamente a pontuação;</li> <li>- Compreender e interpretar diferentes tipos de textos;</li> <li>- Identificar o número de letras e sílabas das palavras;</li> <li>- Separar corretamente as sílabas;</li> <li>- Identificar e reconhecer as famílias silábicas;</li> <li>- Reconhecer, relacionar e organizar os numerais até 99 sua seqüência e quantificação;</li> <li>Compreender os termos sucessor e antecessor, números pares e ímpares;</li> <li>- Compreender o sistema de numeração decimal;</li> <li>- Resolver as operações de adição e subtração simples;</li> <li>- Interpretar e resolver as histórias matemáticas;</li> </ul>
3º ANO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Socialização, cooperação, amizade;</li> <li>- Leitura e escrita com fluência;</li> <li>- Compreensão e interpretação de textos;</li> <li>- Dificuldades ortográficas;</li> <li>- Grafia correta das palavras;</li> <li>Formação de frases e textos;</li> <li>- Operações matemáticas;</li> <li>- Organização do caderno;</li> </ul>

Com o final do ano letivo, as atividades foram retomadas com os professores em fevereiro de 2015, nos dias 24 e 25, em que foram realizadas reuniões pedagógicas para organizar o início do ano letivo de 2015 e a primeira reunião com a comunidade escolar. A reunião com a comunidade escolar ocorreu no dia 26/02, nos turnos da manhã e tarde, com uma fala da direção para dar boas vindas, apresentar a escola, falar sobre as regras, sobre a frequência escolar, apresentar os professores e reforçar sobre a importância da família acompanhar o dia-a-dia escolar de seus filhos. No segundo momento da reunião, os pais e alunos foram direcionados às salas de aula com os professores onde foram realizadas as reuniões com as turmas, os professores apresentaram suas propostas de trabalho e fizeram as combinações para o ano letivo. Foi um momento positivo, pois os professores tiveram o primeiro contato com as famílias e seus alunos, porém cerca de 50% das famílias compareceram neste primeiro dia de aula.

As professoras do primeiro ano combinaram com as famílias entrevistas individuais (anamnese) para poderem conhecer melhor a história de cada aluno antes de chegarem à escola. O atendimento individualizado com as famílias proporcionou uma maior aproximação com as professoras do 1º ano além da possibilidade de saber sobre a história de vida e escolar dos alunos, e conhecerem sobre casos específicos como, por exemplo, se fazem algum atendimento médico ou

se possuem alguma patologia. Esses casos requerem um olhar diferenciado por parte da escola, visto que as turmas há muito tempo já não são homogêneas e é muito importante que o professor no seu planejamento perceba que para alguns alunos esse planejamento pode não ser útil, devendo pensar e planejar também para aqueles especiais ou que necessitam de um apoio maior, afinal eles também devem ter garantido seu direito à aprendizagem e é no trabalho do professor que esse direito será garantido.

Nas reuniões pedagógicas semanais temos falado que cada aluno tem seu ritmo e seu tempo de aprendizagem que precisa e deve ser respeitado, que alguns têm um ritmo ainda mais lento, que não irão aprender tudo ou quase tudo o que é proposto para aquele ano, mas precisam sair ao final do ano diferentes do que iniciaram e com algum conhecimento adquirido.

Um dos desafios da escola de hoje, sem dúvida é o de lidar com as diferenças e valorizar a diversidade, garantindo a todos uma educação inclusiva e de qualidade. As avaliações do Ministério da Educação têm colocado em evidência problemas como os altos índices de evasão e fracasso escolar e a distorção idade-série, nos fazendo pensar sobre o tipo de educação vivenciada nas escolas e sua eficácia. Afinal, que tipo de educação a escola deve promover, pois quando se fala em igualdade e direito à educação, num primeiro momento busca-se garantir uma escola igual para todos, quando na verdade a padronização de currículos e recursos materiais por parte dos municípios e do Estado e a criação de sistemas de avaliação padronizada em grande escala para toda a rede escolar acabam uniformizando o sistema de ensino ao invés de adaptá-los a realidade, contribuindo ainda mais para as desigualdades. Segundo Candau (2012):

Políticas de ação afirmativa, escola inclusiva. Introdução da história afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares, educação quilombola, educação do campo, educação intercultural indígena, elaboração de materiais pedagógicos para o enfrentamento da homofobia, do sexismo, do racismo, no ambiente escolar,,entre outros,são alguns exemplos do desenvolvimento desta perspectiva. (Candau, 2012, p. 722)

Essas questões vêm sendo alvo de debates entre os educadores, na tentativa de se efetivarem políticas educacionais que valorizem o aluno considerando suas especificidades como raça, etnia, condição sócioeconômica, necessidades especiais, além de estar inserido em uma sociedade muito desigual, como a do nosso país.

O mês de março serviu para que, nas reuniões pedagógicas semanais pudéssemos retomar os Planos de Estudos e pensar na sua reformulação, à medida que as professoras iam conhecendo suas turmas, identificando em que níveis de aprendizagem se encontravam os alunos e traçando estratégias de aprendizagem, com base na realidade de cada turma.

No final de março e início de abril, após um mês de trabalho, entreguei às professoras do 1º ao 5º ano os pareceres das turmas feitos no ano passado para que pudessem comparar com suas percepções do primeiro mês de aula. Percebemos que todas as professoras concordaram com o que foi relatado e perceberam as turmas, de modo geral, como foi relatado no final de 2014 e ainda tiraram dúvidas sobre casos particulares.

Algumas mudanças e combinações significativas marcaram o ano de 2015 para as professoras dos anos iniciais. Nas reuniões semanais tivemos a oportunidade de realizar a retomada e o estudo dos documentos oficiais do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) relativos aos direitos e objetivos da aprendizagem em cada um dos três anos iniciais de escolarização referentes à Língua Portuguesa e Matemática. Primeiro, fizemos a leitura das habilidades e competências destacadas pelas professoras no final de 2014. Um ponto importante a destacar é quanto à definição e clareza sobre o que são habilidades e competências, esse é um tema que deverá ser retomado e abordado nas reuniões pedagógicas, porém ainda não iniciamos.

Depois comparamos com os direitos e objetivos apresentados pelo Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), além de discutirmos também sobre a realidade das turmas. Ficou bem claro para as professoras que é muito difícil dar conta na íntegra de todos os objetivos propostos pelos documentos do PNAIC ou pelo Plano de Estudos, visto que alguns alunos algumas vezes não apresentam pré-requisitos básicos para atingir determinados objetivos ou a professora muitas vezes precisa deter-se em um objetivo por mais tempo e não consegue vencer todo o planejamento previsto. Mas também foi consenso que o Plano de Estudos além de ser um documento oficial da escola, é o norteador do trabalho e do planejamento do professor, mas que também é muito importante considerar a realidade da escola e da turma.

A partir daí, nos reunimos em grupos por ano para que as professoras pudessem fazer um relato geral sobre as turmas e para finalizar os Planos de Estudos, onde foi destacado pelas professoras em cada ano o seguinte:

**QUADRO 3 – Resumo das percepções gerais das professoras do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental**

<p><b>Professoras do primeiro ano:</b> relataram que um dos problemas enfrentado é o alto índice de faltas, as turmas em geral são tranqüilas com um ou outro aluno que tem maior dificuldade de seguir regras e ordens e estão conseguindo acompanhar as atividades propostas.</p>
<p><b>Professoras do segundo ano:</b> destacaram que nas turmas há alunos que já lêem e outros ainda não, há alunos com problemas cognitivos que freqüentam a sala de recursos da escola ou estão em avaliação, outros com problemas na fala e ainda alguns com problemas afetivos ou de comportamento.</p>
<p><b>Professoras do terceiro ano:</b> também destacaram alguns alunos ainda com muita dificuldade na alfabetização e que freqüentam a sala de recursos, alguns problemas de comportamento e casos isolados de faltas excessivas.</p>

Também foi destacado pelas professoras do segundo e terceiro ano, o tipo de letra utilizada; até aquele momento as professoras estavam utilizando o tipo que preferiam e isso estava causando problemas entre os alunos que trocaram de turmas/turnos e também entre os alunos novos; as famílias estavam vindo até a escola comentar que as crianças não conseguiam “ler emendado”. Para evitar esses problemas ficou acertado entre as professoras um padrão de letra em cada ano da seguinte forma: o primeiro ano irá trabalhar no quadro apenas com a letra bastão maiúsculo; o segundo ano irá trabalhar no quadro apenas com a letra de forma maiúsculo e minúsculo e o terceiro ano irá introduzir e trabalhar com a letra cursiva, claro sempre desde o primeiro ano apresentando os quatro tipos de letras (bastão maiúsculo, forma minúsculo, cursiva maiúscula e cursiva minúscula). Assim, foi instaurada uma padronização de procedimentos pelos próprios docentes que ao reverem sua prática, refletiram, discutiram e chegaram a um consenso para a mudança.



Dentro da perspectiva da pesquisa-ação, que é a base deste projeto de intervenção, as mudanças foram sendo negociadas e organizadas de forma coletiva, gerando um processo de reflexão - ação coletiva. Segundo Franco (2005):

A pesquisa-ação deve partir de uma situação social concreta a modificar e, mais que isso, deve se inspirar constantemente nas transformações e nos elementos novos que surgem durante o processo e sob a influência da pesquisa. (FRANCO, 2005, p.486)

A partir deste estudo e analisando a realidade da escola foram finalizados os Planos de Estudos com a revisão dos conteúdos e adaptação para a realidade, tendo como base os critérios mínimos exigidos. Foi possível estabelecer uma continuação dos conteúdos desenvolvidos de um ano para o outro, retirando conteúdos em excesso, focando no letramento e alfabetização e nos conceitos básicos de matemática e adaptando-os para a realidade da escola. Apensado à folha 48 um modelo de planos de estudos do Ensino Fundamental elaborados neste ano.

No final do mês de abril em reunião pedagógica com as professoras do 1º ao 5º ano, iniciamos os encaminhamentos para o final do trimestre que foi no dia 29/05, e combinamos de envolver as famílias na escola realizando o conselho de classe participativo.

O conselho de classe participativo foi realizado apenas com as turmas do primeiro ao terceiro ano, em que primeiro, assistimos um vídeo e foi solicitado aos pais que falassem sobre qual mensagem o vídeo lhes transmitiu; a princípio os pais estavam um pouco tímidos para exporem suas opiniões, mas foram incentivados a participar e aí conseguimos ouvi-los. Os pais em geral, acharam o vídeo bem interessante, destacando que tanto os pais como os professores são exemplos para as crianças, que apesar do estresse e da agitação das famílias no dia-a-dia é preciso disponibilizar um tempo para dar atenção e conversar com os filhos, que educação no sentido de boas maneiras, é algo que deve vir de casa. Todas as professoras falaram sobre a turma destacando pontos positivos e aspectos a melhorar enquanto grupo e tiraram dúvidas dos pais quanto à aprendizagem e quanto a rotina do dia-a-dia das crianças.

Os pais também fizeram questionamentos sobre a aprendizagem e o comportamento de seus filhos e foram feitas combinações entre a professora e a família. Apesar da pouca participação, em média de seis a oito pais participaram por

turma, os pais consideraram positiva a iniciativa do conselho de classe participativo e concordaram que se faça todos os trimestres esse momento. É importante destacar que das nove turmas onde houve o conselho de classe participativo, uma professora fez um bilhetinho para os pais com um chocolate para agradecer a presença e reforçando a importância da participação da família na escola.

Quanto aos pareceres descritivos, que é a forma de avaliação dos alunos do primeiro ao terceiro ano, até o ano de 2014 eles vinham acompanhados de um quadro com os objetivos desenvolvidos no trimestre onde as professoras marcavam com um X em cada um se o aluno havia atingido ou não os objetivos.

Sempre conversávamos com as professoras no sentido de que um parecer descritivo não contempla o uso de quadro e que deve ser um relato sobre o aluno e seu desempenho ao longo do trimestre, destacando, por escrito, os objetivos atingidos e aspectos a melhorar, mas havia uma dificuldade em deixar o quadro de lado. A alegação das professoras era que ficava mais fácil o entendimento por parte das famílias e que também elas tinham certa dificuldade em elaborar um parecer descritivo apesar de tratarmos sobre esse assunto nas reuniões pedagógicas semanais, contribuindo com modelos, sugestões de termos e auxílio por parte da supervisão, orientação e direção na elaboração.

Neste ano, nas reuniões pedagógicas semanais, destacamos que a escola já vem há alguns anos trabalhando com esse novo tipo de avaliação por parecer descritivo e que era chegado o momento de darmos um passo adiante retirando o quadro e ficando apenas com o parecer.

Como recebemos um grupo significativo de professoras novas que foram nomeadas no final de 2014 e algumas já trabalhavam apenas com o parecer descritivo, e as que nunca haviam trabalhado estavam empolgadas em fazê-lo, o grupo se encorajou para essa nova etapa. Observamos que, no geral, os pareceres neste ano estavam mais completos, com informações relevantes para as famílias e que apresentavam como foi o desenvolvimento do aluno ao longo do trimestre destacando objetivos alcançados e aspectos a melhorar.

Cabe destacar que nas reuniões pedagógicas semanais houve a orientação às professoras para a elaboração dos pareceres, e três reuniões no mês de maio foram apenas para auxiliá-las na escrita dos pareceres. Antes da entrega das avaliações aos pais os pareceres foram lidos pela supervisão para revisão e ajustes finais.

Outro ponto importante é que nas avaliações por parecer descritivo já conseguimos um padrão enquanto escola: apenas o parecer bem elaborado, claro e com informações relevantes sobre o aluno. Ainda é uma longa caminhada, afinal foi o primeiro ano em que conseguimos padronizar a avaliação, porém ainda é preciso dar uma atenção especial aos professores que se utilizam de notas, pois estão ainda muito dependentes apenas do número, têm certa dificuldade em utilizar os instrumentos de avaliação da aprendizagem dando ênfase aos aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos.

Encontra-se apensado à folha 49 um modelo de como foram elaborados os pareceres em 2015.

Pode se considerar que iniciamos uma caminhada enquanto escola, no sentido de reformular o Projeto Político Pedagógico que se encontrava desatualizado e em desacordo com a nova organização do Ensino Fundamental, com ênfase nos três anos iniciais.

Neste primeiro momento o foco foi sobre os Planos de Estudos, a avaliação por parecer descritivo e o início da construção de uma proposta pedagógica, envolvendo e discutindo com todos os segmentos da comunidade escolar tendo como base os princípios da gestão democrática.

Muito ainda há que se caminhar, para que possamos chegar próximos do ideal de escola que queremos, porém só com a participação efetiva da comunidade pensando e refletindo sobre a educação e os caminhos para transformá-la é que poderemos vivenciar práticas educativas que promovam mudanças significativas na aprendizagem e na formação dos alunos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho suscitou discussões e uma tímida iniciativa da escola em pensar uma educação voltada para a realidade da comunidade escolar e que conte com o apoio e a participação efetiva de todos os segmentos, na tentativa de chegarmos cada vez mais perto do ideal de gestão democrática.

O que não se pode negar é que a escola é um espaço de direito de todos aqueles que ali estão e a educação precisa ter um sentido não só para quem aprende, mas também para quem ensina.

As mudanças que ocorreram na educação e no sistema de ensino levaram os professores da escola a uma inquietação e dúvidas sobre como proceder diante do novo ensino fundamental de nove anos. Sempre foi uma vontade do grupo de professores da escola termos uma linha de trabalho bem definida. Percebemos, então, que era chegado o momento para repensarmos a prática pedagógica e assim traçarmos uma linha comum de trabalho. Ainda estamos longe do ideal, mas acreditamos que já iniciamos essa caminhada.

Porém, ainda é preciso retomar e estudar com os professores os conceitos e identificar o que são habilidades e competências na educação, para que possamos continuar definindo e uma linha de trabalho, linha essa que também deve ser discutida com a comunidade escolar no sentido de pensarmos e organizarmos de forma participativa a escola e a educação que queremos.

Já conseguimos alguns avanços na avaliação dos alunos no sentido de contar com a participação das famílias nos conselhos de classe participativos; porém ainda precisamos mobilizar mais a comunidade para essa participação e conscientizá-los da importância de fazerem parte daquele espaço de fato, contribuindo com opiniões, sugestões e auxiliando na formação integral de seus filhos. As professoras do 1º ao 3º anos também consideraram positiva a oportunidade do conselho de classe participativo e surgiram outras idéias para o segundo trimestre como realizar a atividade em grupos afins conforme o desempenho do aluno, ou fazer num sábado para ver se há maior participação, mas desta forma a direção não conseguiria estar presente em todas as turmas

Uma dificuldade encontrada para a continuação do Conselho de classe Participativo no segundo trimestre foram as paralisações e greves devido ao parcelamento dos salários dos professores e à falta de rapasse dos recursos

financeiros às escolas, o que deixou o segundo trimestre bastante prejudicado quanto à regularidade das aulas e ao cumprimento dos dias letivos propostos e que inviabilizou a organização e realização do Conselho Participativo e das autoavaliações que não foram feitas no primeiro trimestre e que eram uma proposta para o segundo.

Infelizmente, a falta de recursos humanos e de materiais nas escolas, a desmotivação dos professores por conta dos baixos salários são problemas diários enfrentados pela equipe gestora. Mas é fundamental motivar a comunidade e proporcionar momentos de discussão e troca de ideias a fim de pensar e traçar objetivos claros para uma educação de qualidade.

Atualmente, as escolas carecem de pessoas comprometidas com as questões pedagógicas e políticas, que consigam trabalhar coletivamente para dar conta das demandas do dia-a-dia num processo constante de reflexão-ação-reflexão e o envolvimento com o projeto educacional ao qual a escola se propôs.

Temos consciência que a gestão democrática não será a solução para todos os problemas que se apresentam na escola ou na educação, mas é um caminho para que se discuta, pense e aja coletivamente sobre a realidade da escola, que educação queremos, e quais cidadãos iremos formar. Essas questões estarão documentadas e registradas no documento que representa a identidade da escola: o Projeto Político Pedagógico, documento que, se construído e pensado coletivamente, representará o ideal da gestão democrática e das relações que se estabelecem entre a escola e a comunidade.

A participação das famílias na escola e na elaboração do PPP favorece a defesa da escola pública como um patrimônio da sociedade, além de reforçar o direito de acesso à educação, e também pode garantir sucesso no desenvolvimento da aprendizagem e permanência dos alunos. Muitas vezes, é na escola que as famílias experimentam práticas democráticas, percebem-se sujeitos de direito, fazendo parte da formação escolar de seus filhos e com possibilidades de mudar suas realidades.

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado através do Projeto de Intervenção e que já possibilitou mudanças no dia-a-dia da escola, para o próximo ano pretendemos dar continuidade à atualização do Projeto Político Pedagógico e continuar discutindo e traçando ações com a comunidade para nos aproximarmos

cada vez mais do ideal de educação que queremos tendo como base os princípios da gestão democrática.

## 6 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elder dos Santos; MENDONÇA, Marcela Paula. **Democracia e cotidiano escolar: a escola como possibilidade de participação**. Disponível em <[http://www.simposiodemodernidade.unb.br/mesas/8\\_mesa](http://www.simposiodemodernidade.unb.br/mesas/8_mesa)>. Acesso em: 04 ago. 2015.

BARRETO, Elba; MITRULIS, Eleny. **Os ciclos escolares: elementos de uma trajetória**. In: Cadernos de pesquisa, n. 108: 27 a 48, novembro, 1999.

BASTOS, João Baptista. **Gestão Democrática da educação e da escola pública em práticas cotidianas: Questões teóricas e Metodológicas da Pesquisa**. In: GARCIA, Regina Leite. & SERRALHEIRO, José Paulo. (Orgs.) *Afinal, onde está a escola?* Porto: Profedições, 2005.

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **Igualdade e Desigualdade no Contexto Escolar: as novas políticas sociais e o direito à educação** (s/d). Texto digitado.

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Braziliense, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **LEI 9.394/96..Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. - - Brasília: MEC, SEB, 2013.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios: ano I: unidade 1/** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, diretoria de Apoio à Gestão Educacional Brasília: MEC, SEB, 2012

BRASIL: **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Porto Alegre: CORAG, 2003.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos**. Educação e sociedade. Campinas, v.33,n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de pesquisa. São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O direito à educação: Um campo de atuação do **gestor educacional na escola**. Brasília: Escola de gestores (2005).

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31,n.3., p. 483-502, set./dez. 2005.

GALINA, Irene de Fátima; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **Instâncias Colegiadas: Espaços de participação na gestão democrática da escola pública**. (s/d).

GANDIN, Danilo. **Escola e Transformação Social**. Porto Alegre: Vozes, 1988.

GANDIN, Adriana Beatriz; GANDIN, Danilo. **Gestão Democrática e Planejamento Participativo: reflexões sobre uma prática de sala de aula EAD**. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.) Formação a Distância para Gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no RS. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso. **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2006, p. 135-141.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.23 p. 156-168, maio/jun/jul/ago. 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa ação**. Textos Online Disponível em: [http://www. ic. ufmt. br8080](http://www.ic.ufmt.br8080) .



SANTOS, Lucíola Paixão; PARAISO, Marlucy. Alves. **O currículo como campo de luta.** In: Presença Pedagógica, n. 7, 1996.

SITE vídeo exibido no Conselho de classe Participativo. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=-XYQapSEeDA>>. Acessado em: 29 abr. 2015.

STOER, Stephen Ronald; CORTESÃO, Luísa. **Levantando a pedra: da pedagogia inter-multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização.** Porto: Afrontamento. 1999.

## 7 ANEXOS

Anexo 1 - Ata de reunião pedagógica com as professoras do Ensino Fundamental.

Ata 14/2015

Aos oito dias do mês de abril deste ano foi realizada reunião de unidade para tratar sobre:








\* Reformulação do PPP, olhar inicial sobre os três primeiros anos do Ensino Fundamental (habilidades e competências).

\* Levantamento dos alunos faltosos,

\* Análise dos Direitos gerais de aprendizagem da Língua Portuguesa, de acordo com o PNAIC.

\* Sábado letivo em 11/04 para recuperação dos dias 12/26-04

\* Planejamento pedagógico em classes paralelas.

Sem mais encerre e assino:  D. S. SILVA,  M. M. M. M.,  
Marilú, Anderson,  A. A.,  F. F.,  L. L.,  G. G.,  J. J.



## Anexo 3 - Ata do conselho de classe participativo.

Ata 08/2015

6

Nos vinte dias do mês de maio do corrente ano, reuniram-se no escola os pais dos alunos da turma 13, professora Mônica, junto com a direção para o conselho de classe participativo. Num primeiro a diretora passou um vídeo sobre a importância de parceria família/escola. A mãe do aluno Sarah comentou que o vídeo nos mostra que o trabalho do escola e do família é conjunto, mas que antes do escola há uma educação em casa. O pai da aluna Evelyn comentou que muitos pais andam estressados, os pais pulsam dizem que amam seus filhos, as crianças são como bônus e captam tudo muito rápido, os adultos são um espelho para a criança, a instrução dos pais mais a educação do escola vão formar os adultos no futuro. A professora Mônica iniciou seu fala dizendo que a turma se de lem, se ajudam entre si, atitudes acontecem mas são resolvidas no aula, são bem falantes, alguns são mais tímidos e no geral a turma é tranquila. A professora solicitou que os pais revisem o material de uso individual para auxiliar nas atividades; também o horário de entrada do escola; que todas as sextas-feiras seja enviado o tema para que as famílias auxiliem na atividade em casa e quando for para escrever deixar enviado pois a professora tem condições de acompanhar o desenvolvimento do aluno; deixar que eles façam a atividade e sempre mandar no segundo-feira. A professora disse que quando o aluno estiver com algum problema que necessite ir ao banheiro com frequência, que a família mande um bilhete, pois ela controla as idas ao banheiro para evitar humilhações. A professora também falou sobre as faltas, para cuidarem pois cinco faltas consecutivas de dez intercaladas e quinze, encaminhar a FICAI ao conselho tutelar. Também é importante trazer a garrafinha de água. A professora disse que

quanto a avaliação ela não usa o X quando está errado, mas aponta o erro e pede que corrijam, também se preocupa sobre o objetivo do 1º ano que é aprender a ler e escrever, mas palavras simples como bola, casa e por isso é importante a frequência. Neste momento a turma está trabalhando os números até 10, o alfabeto, a letra inicial do nome dos alunos, as vogais. A avaliação do 1º ano é na forma de prova desotivo, onde são colocados como foi o desenvolvimento do aluno no trimestre. Se o aluno fez bem no 1º ano o 2º ano será melhor, mas cada aluno se desenvolve no seu ritmo. Todos participam das atividades até indo à frente apresentar seus trabalhos. A mãe do aluno Sarah disse que em casa ela corta para o irmão menor, já ensina ele até os números 10. A mãe do filho Clara disse que ela fala bem tranquila do mesmo jeito do professor. O pai do Gabriel disse que ela chega em casa e mostra as atividades para os pais, já escreveu uma carta para a professora e a família auxiliar, ele tem muito vontade de aprender a ler, já ensina os nomes dos pais e irmãos, gosta muito de ir à escola. A mãe do Caroline perguntou à professora se ele é falante em casa, a professora disse que no início era mais tímido, agora está se soltando um pouco mais. A mãe disse que ele os cadernos diariamente e ela mostra as atividades, fala o alfabeto, identifica a letra inicial, que antes de entrar na escola a mãe já ensinava em casa. A mãe do Sarah disse que ela não sabia nada antes do filho, mesmo com estímulo da mãe, mas na escola ele aprendeu tudo: o nome, alfabeto. A mãe do Maria Eduardo disse que em casa ele sempre faz os temas em primeiro lugar. A mãe do Ana Clara perguntou sobre os cadernos, pois 3 dela estão terríveis, e quando poderão usar os cadernos de linha, a professora explicou que só no segundo semestre quando os alunos já terão

mo meças melhor do espaço, por isso é importante agora  
 cada um de desenhos. A mãe de Hemillyn quer saber como  
 ele está, a professora disse que ele está muito bem. A  
 mãe disse que a primeira coisa que ele quer fazer  
 quando chega em casa é o tema, que também goste de ensi-  
 ar o irmão mais novo. A mãe de Amanda perguntou pa-  
 ra a professora como ele está, pois entrou a pouco tempo  
 no colégio. A professora disse que ele está bem adapta-  
 do, já tem amigas e chamam ele para brincar no  
 recreio. A mãe do Sara perguntou a professora como ele  
 está, a professora disse que ele está acompanhando bem,  
 embora um pouco. A turma ajuda ele em casa nas  
 tarefas. Os pais comentaram que acharam positivo esse  
 momento. A professora vai reforçar com os alunos sobre a  
 importância de trazerem lanches saudáveis. As mães comen-  
 taram que as crianças gostam bastante da professora.  
 Em mais a constar, levou a presentar a Amanda por  
 um e pelos demais presentes. *Fluê, Shlc, Elizabeth, Ma-  
 fic, Rodryg, Conila n. 15, Tinsora Gill*  
 Julia Teresinha de Oliveira M. Mônica Maria  
 Silvana Carvalho. Rays, A. Silva, Aures, Eli Costa.

Anexo 4 - Foto do conselho de classe participativo





## 8 APÊNDICES

Apêndice 1 - Habilidades e competências destacadas pelas professoras do 1º  
ao 3º ano

Ano em que atua em 2014 2º ano

Quais habilidades e competências considera importantes de serem desenvolvidas no ano em que atua?

- Reconhecer e organizar o alfabeto;
- Identificar as vogais e consoantes;
- Ler e escrever palavras com algumas dificuldades ortográficas;
- Elaborar e organizar frases e textos com coerência;
- Empregar corretamente a pontuação nas frases;
- Compreender e interpretar diferentes tipos de textos;
- Identificar o número de letras e sílabas dos palavras;
- Separar corretamente as palavras;
- Identificar e reconhecer as famílias silábicas.
- Reconhecer, relacionar e organizar os números →

Quais as dificuldades encontradas ao longo deste ano no que diz respeito ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos?

As dificuldades encontradas ao longo do ano foi, copiar e realizar as atividades dentro do tempo previsto, cooperação e socialização, organização com seus materiais. Em relação aos conteúdos certamente foi a leitura, produção de frases e textos com coerência.

## Apêndice 2 - Parecer descritivo da turma em dezembro de 2014.

Parecer descritivo da turma 22.

A turma 22, tem 20 alunos, destes um aluno, Anderson, com deficiência física.

O aluno Jônatas apresenta características de hiperatividade e o aluno Thales apresenta dificuldade de aprendizagem.

Os alunos: Karla, Laura e Gabriel de Souza estão no nível silábico, sendo que ambos já estão na transição para o alfabético.

O aluno Thalis está no nível pré-silábico, sendo que não reconhece números e letras.

O aluno Anderson não conseguimos avaliá-lo melhor, pois precisou passar por cirurgia e não participou do 2º e 3º trimestres, mas ele reconhece e escreve números até 25 e as letras iniciais e finais das palavras.

Os demais alunos já estão no nível alfabético.

## Apêndice 3 - Plano de Estudos elaborado em 2015

### Plano de estudos – 1º ano - 2015

#### 1º ANO/ LINGUAGEM

- ✓ AMPLIAR VOCABULÁRIO
- ✓ CONHECER AS 26 LETRAS DO ALFABETO
- ✓ IDENTIFICAR OS FONEMAS
- ✓ ORDENAR O ALFABETO
- ✓ DIFERENCIAR LETRAS DE OUTROS SÍMBOLOS ;
- ✓ SEGMENTAR PALAVRAS EM SÍLABAS
- ✓ LER PALAVRAS COMPOSTAS POR SÍLABAS SIMPLES
- ✓ LER DIFERENTES TIPOS DE TEXTOS (TEXTOS PEQUENOS)
- ✓ ESCREVER PALAVRAS COMPOSTAS POR SÍLABAS SIMPLES
- ✓ INTERPRETAR DIFERENTES TIPOS DE TEXTOS (INTERPRETAÇÃO ORAL, ILUSTRADA, ASSINALADA)
- ✓ ORGANIZAR ADEQUADAMENTE A CALIGRAFIA
- ✓ UTILIZAR LETRA IMPRENSA MAIÚSCULA
- ✓ EMPREGAR PONTO FINAL
- ✓ PRODUÇÃO TEXTUAL COLETIVA
- ✓ OUVIR HISTÓRIAS E INTERPRETÁ-LAS ORALMENTE
- ✓ HORA DO CONTO DIÁRIA
- ✓ GÊNEROS TEXTUAIS: CONTOS (DE FADAS, DE ASSOMBRAÇÃO), MITOS E LENDAS POPULARES, FOLHETOS DE CORDEL, FÁBULAS, CANÇÕES, POESIA, SAUDAÇÕES, LISTAS, EMBALAGENS, RÓTULOS, CARTÕES, HQ, RECEITA, BILHETE, CARTAZ

#### MATAMÁTICA

- ✓ NÚMEROS NATURAIS E SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL ATÉ 30
- ✓ CONSTRUÇÃO DO NÚMERO ENVOLVENDO HABILIDADE DE OBSERVAÇÃO, COMPARAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E SERIAÇÃO, ORDEM
- ✓ UTILIZAÇÃO DE DIFERENTES ESTRATÉGIAS PARA QUANTIFICAR ELEMENTOS DE UMA COLEÇÃO: CONTAGEM, PAREAMENTO, ESTIMATIVA E CORRESPONDÊNCIA DE AGRUPAMENTOS
- ✓ COMPARAÇÃO E ORDENAÇÃO DE COLEÇÕES PELA QUANTIDADE DE ELEMENTOS
- ✓ ORDENAÇÃO DE GRANDEZAS PELO ASPECTO DA MEDIDA
- ✓ CONTAGEM EM ESCALAS ASCENDENTES E DESCENDENTES DE UM EM UM A PARTIR DE QUALQUER NÚMERO DADO
- ✓ LEITURA, ESCRITA, COMPARAÇÃO E ORDENAÇÃO DE NÚMEROS FAMILIARES OU FREQUENTES – NUMERAIS ATÉ 30
- ✓ OBSERVAÇÃO DE CRITÉRIOS QUE DEFINEM UMA CLASSIFICAÇÃO DE NÚMEROS (MAIOR QUE, MENOR QUE, ESTAR ENTRE)
- ✓ OBSERVAÇÃO DE CRITÉRIOS QUE DEFINEM UMA CLASSIFICAÇÃO

- ✓ DE NÚMEROS DE REGRAS USADAS EM SERIAÇÕES (MAIS 1, MAIS 2,)
- ✓ CÁLCULOS DE ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO SIMPLES
- ✓ FIGURAS GEOMÉTRICAS PLANAS – CÍRCULO, QUADRADO E RETÂNGULO
- ✓ HISTÓRIAS MATEMÁTICAS ILUSTRADAS

### **CIÊNCIAS NATURAIS**

- ✓ MEIO AMBIENTE
- ✓ ESQUEMA CORPORAL SENTIDOS
- ✓ HIGIENE PESSOAL E AMBIENTE
- ✓ ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL
- ✓ SERES VIVOS E NÃO VIVOS
- ✓ ANIMAIS DOMÉSTICOS E SELVAGENS

### **HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

- ✓ REGRAS SOCIAIS
- ✓ VALORES
- ✓ CONVIVÊNCIA
- ✓ DIREITOS E DEVERES
- ✓ CIDADANIA FAMÍLIA
- ✓ DATAS COMEMORATIVAS
- ✓ FAMÍLIA

### **ARTE / RECREAÇÃO**

- ✓ ESTRUTURA DE DESENHO
- ✓ COLORIDO
- ✓ MARGEM
- ✓ PINTURA
- ✓ MODELAGEM
- ✓ DANÇA
- ✓ TEATRO
- ✓ RECICLAGEM
- ✓ DOBRADURA
- ✓ TRAÇADO
- ✓ BRINCADEIRA DE RODA
- ✓ RECORTE
- ✓ COLAGEM
- ✓ MÚSICA
- ✓ JOGOS DE MESA
- ✓ JOGOS DE EQUIPE

Apêndice 4 - Parecer Descritivo entregue no primeiro trimestre em 2015

## Turma 12

### Parecer Descritivo – 1º Trimestre 2015

XXXXXXX adaptou-se bem à escola e à turma. Possui bom relacionamento com os colegas e com a professora.

Escreve e nomeia as letras do seu nome. Identifica as vogais e a letra inicial das palavras, relacionando a letra ao som.

Gosta da hora do conto e ouve a história com atenção, reproduzindo os personagens com material de recorte, colagem, desenho e pintura.

Identifica e representa os numerais estudados, relacionando o número à quantidade.

XXXXX nem sempre observa os limites nas figuras para colorir com lápis de cor ou giz de cera, recorta e cola obedecendo às orientações.

Copia e realiza as atividades em sala de aula, no tempo previsto. Traça letras e números corretamente. Diferencia números, letras e símbolos. Faz o tema com ordem e capricho, entregando-o na data marcada. Traz o material solicitado diariamente, sendo sempre muito cuidadosa com o mesmo.

Respeita as normas de convivência na sala de aula e no pátio da escola, mantendo o ambiente escolar limpo e organizado. Respeita o horário de entrada e saída da escola.

XXXXX é uma aluna muito querida. Gosta de brincar na pracinha e no recreio com os colegas.

Está com um bom rendimento. Deve continuar sua participação e empenho nas atividades escolares com interesse, cuidando para realizá-las com maior capricho, para garantir cada vez mais o crescimento de seu aprendizado.

Porto Alegre, 13 de junho de 2015.